



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



27 DE NOVEMBRO DE 1975

ABERTURA DO I CONGRESSO BRASILEIRO DA INDÚSTRIA ELÉTRICA E ELETRÔNICA, EM SAO PAULO, SP.

É de inegável oportunidade a realização deste I Congresso Brasileiro da Indústria Elétrica e Eletrônica que hoje se instala.

A Indústria Elétrica e Eletrônica que, até 1974, apresentou taxas de crescimento dentre as mais altas, no setor industrial — sendo 20% a média no período 1970-1974 — tem estado na vanguarda do processo de diversificação e de avanço tecnológico da indústria brasileira.

Sua significação bem se avalia quando se considera o valor da produção, o qual, em 1974, é estimado em 26 bilhões de cruzeiros.

É relevante salientar que a Indústria Elétrica e Eletrônica tem sido — e muito importa que continue a ser — campo de atuação da iniciativa privada que, tanto nacional como estrangeira, tem sabido promover seu desenvolvimento, inclusive do ponto de vista tecnológico.

Área, como dissemos, da iniciativa privada, é importante que, no setor, se verifique razoável equilíbrio entre o capital estrangeiro e o nacional. Este último deve ter papel ativo e oportunidade de expansão.

No corrente ano, a despeito das dificuldades que a situação mundial tem acarretado ao País, os diversos ramos do setor apresentam desempenho entre excelente — o dos equipamentos e máquinas elétricas e eletrônicas — e satisfatório — o dos eletrodomésticos e eletrônico-domésticos.

A produção total de equipamentos e máquinas aumentou, até setembro, em 18,3%.

É oportuno referir algumas definições que a atual política econômica considera apropriadas para a Indústria Elétrica e Eletrônica, principalmente no estágio relativo ao II PND.

No tocante a Equipamentos e Máquinas, o Governo, recentemente, baixou determinação pela qual os órgãos governamentais só adquirirão bens de capital importados, se não houver similar nacional.

A medida, das mais importantes adotadas na história do setor, constitui uma demonstração a mais de que o atual Governo realmente deseja a indústria interna de equipamentos e máquinas participando em escala elevada e, quando possível, preponderante, de todos os grandes programas de investimentos governamentais incluídos no II PND.

Essa orientação, já em vigor, inclusive para o programa hidrelétrico, deverá prevalecer também na execução do setor da energia nuclear.

Outrossim, deve ser ressaltada, para a área de Bens de Capital, a necessidade de relativa especialização que, através da FINAME, da ELETROBRÁS e

de todos os agentes governamentais envolvidos, se pretende consolidar, na produção de equipamentos. Indispensável é que haja certo grau de competição, na produção de cada tipo de equipamento ou máquina, mas não deve haver excessiva proliferação de produtores, como às vezes acontece e que conduz a baixos índices de nacionalização de componentes, para tais produtos.

Quanto a eletrodomésticos e eletrônico-domésticos, o Governo vem adotando política de preservação e progressiva elevação dos níveis reais de consumo das camadas mais amplas da população. Exemplo disso é a política salarial flexível, proporcionando reajustamentos que, a esta altura, se situam na casa dos 36 a 37%, muito acima, portanto, do aumento do custo de vida nos últimos doze meses.

O próximo estágio deve ser de consolidação da indústria já existente, particularmente para assegurar-lhe produtividade e escala de operação. Nesse sentido, no âmbito do CDE, foram definidas diretrizes destinadas a evitar acumulação de capacidade ociosa, nas categorias de produtos com demanda já atendida, e, em geral, a fortalecer as empresas já instaladas no País.

Na oportunidade em que a Indústria Elétrica e Eletrônica, pela primeira vez, se reúne em Congresso Nacional, cabe destacar que aos empresários do setor, em coordenação com os órgãos do Governo, principalmente na área do MIC, está reservada importante missão, nos próximos anos: a ativação do

processo de substituição de importações, principalmente com relação a componentes, para os bens de capital e os bens de consumo duráveis.

Em levantamento recente da CACEX, para 35 empresas do setor, que em 1974 importaram cerca de US\$ 860 milhões, somente US\$ 70 milhões correspondiam a equipamentos. O restante era de matérias-primas e, notadamente, partes e peças para montagem ou reposição.

Isso mostra como são ainda amplas, muito amplas mesmo, as oportunidades de substituir importações nesse campo. Governo e empresa têm, aí, uma grande área de cooperação que não só proporcionará nova fonte de crescimento para a indústria, mas também uma oportuna contribuição para o esforço nacional de economia de divisas.

As necessidades de investimento da Indústria Elétrica e Eletrônica, entre 75 e 79, são vultosas. Que esse investimento se realize, e tenha em vista, principalmente, substituir importações e promover exportações, pois para isso não faltam à indústria as condições fundamentais.

Concluindo, posso assegurar-lhes que, como sempre, o Governo estará acompanhando o desenvolvimento desse setor, para prestar, com oportunidade, a orientação e o apoio que se fizerem necessários.